



CÂMARA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS

ESTADO DE MINAS GERAIS

Lei Municipal n.º 1.218, de 3 de janeiro de 1998

Institui a Política Municipal de Educação e cria o Conselho Municipal de Educação.

Faço saber que a Câmara Municipal de Indianópolis, Estado de Minas Gerais, aprovou, o Prefeito Municipal, nos termos do § 3º, do art. 60, da Lei Orgânica do Município, sancionou e eu, Eustáquio José da Silva, Presidente da Câmara Municipal, nos termos do § 7º, do mesmo artigo, promulgo a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DA DEFINIÇÃO, OBJETIVOS E PRINCÍPIOS

Seção I

Da Definição

Art. 1º. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Seção II

Dos Objetivos

Art. 2º. O Ensino Fundamental tem por objetivo a formação básica do aluno, promovendo o desenvolvimento de condições necessárias à sua participação na vida política, econômica e social.

Art. 3º. A educação pré-escolar tem por objetivo a socialização da criança de quatro a seis anos, promovendo seu desenvolvimento físico, emocional e intelectual.

Seção III

Dos Princípios

Art. 4º. A educação no Município será ministrada com base nos seguintes princípios:

- I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;



CÂMARA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS

ESTADO DE MINAS GERAIS

- II - respeito à liberdade;
- III - coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- IV - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
- V - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas;
- VI - gratuidade do ensino público;
- VII - valorização do profissional da educação escolar;
- VIII - gestão democrática do ensino público;
- IX - garantia de padrão de qualidade;
- X - valorização da experiência extra-escolar;
- XI - vinculação da educação com o trabalho e demais práticas sociais.

CAPÍTULO II

DAS DIRETRIZES DA POLÍTICA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Art. 5º. A Política Municipal de Educação reger-se-á pelas seguintes diretrizes:

- I - ensino fundamental obrigatório e gratuito a todas as idades;
- II - atendimento educacional especial e gratuito aos educandos com dificuldades no aprendizado;
- III - atendimento gratuito em creches e pré-escolas às crianças de três meses a seis anos e onze meses;
- IV - oferta de ensino nos três turnos, adequado às condições do educando;
- V - atendimento público, com programas de suplementação de material didático, alimentação, transporte e assistência à saúde;
- VI - padrão mínimo de qualidade de ensino.



CÂMARA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS

ESTADO DE MINAS GERAIS

CAPÍTULO III

DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, DA COMPETÊNCIA E COMPOSIÇÃO

Seção I

Do Conselho Municipal de Educação

Art. 6º. Fica criado o Conselho Municipal de Educação, como órgão deliberativo e fiscalizador das ações da educação municipal, em todos os níveis de formação.

Seção II

Da Competência

Art. 7º. É da competência do Conselho Municipal de Educação:

- I - aprovar e fiscalizar a execução da Política Municipal da Educação;
- II - aprovar o Plano Municipal de Educação;
- III - acompanhar o censo da população em idade escolar;
- IV - opinar sobre calendário, regimento e grade curricular;
- V - sugerir medidas que visem a expansão qualitativa e quantitativa do ensino municipal;
- VI - emitir parecer sobre questões de natureza educacional que lhe forem apresentadas pelas escolas ou Coordenadoria de Educação;
- VII - emitir parecer sobre convênios, acordos ou contratos relativos a assuntos educacionais celebrados pelo Executivo;
- VIII - emitir parecer sobre normas e diretrizes de aplicação de recursos destinados à educação no Município.

Seção III

Dos Membros

Art. 8º. O Conselho Municipal de Educação será composto de dez membros efetivos, indicados pelos seguintes segmentos:



CÂMARA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS

ESTADO DE MINAS GERAIS

- I - quatro pelo Executivo Municipal;
- II - um pelo Legislativo Municipal;
- III - dois pelos professores da rede oficial de ensino;
- IV - um pelos alunos;
- V - um pelos pais de alunos;
- VI - um pelas associações comunitárias legalmente constituídas.

§ 1º. Após a indicação de que trata o caput os membros serão nomeados pelo Prefeito Municipal.

§ 2º. Os representantes do Executivo Municipal serão de livre escolha do Prefeito.

§ 3º. Os membros do Conselho Municipal de Educação devem possuir reconhecido espírito público e de interesse na área da educação.

CAPÍTULO IV

DOS ÓRGÃOS DO CONSELHO E COMPETÊNCIA

Art. 9º. São órgãos do Conselho Municipal de Educação:

- I - presidência;
- II - secretaria;
- III - consultoria técnica.

Seção I

Da Presidência

Art. 10. A presidência será composta pelo Presidente e Vice Presidente.

Parágrafo único. O Vice-Presidente do Conselho Municipal de Educação será indicado pelo Presidente.

Art. 11. Ao Presidente compete:

- I - representar o Conselho;
- II - cumprir e fazer cumprir este regulamento;



CÂMARA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS

ESTADO DE MINAS GERAIS

III - convocar e presidir reuniões do Conselho;

IV- apresentar ao Executivo local um relatório dos trabalhos;

V - comunicar aos órgãos competentes o término do mandato dos conselheiros;

VI - convocar o consultor técnico, quando necessário;

VII - convocar, por meio de edital, as eleições dos novos componentes, no final de mandato;

VIII - conceder licença aos membros do Conselho, se requisitada formalmente;

IX - distribuir os assuntos em pauta, nomeando os conselheiros que deverão analisá-los.

Art. 12. Compete ao Vice-Presidente substituir o Presidente em seus impedimentos.

Art. 13. O Presidente do Conselho Municipal de Educação somente votará em caso de empate.

Seção II

Da Secretaria

Art. 14. Os Secretários são escolhidos pelo Presidente, dentre os membros do Conselho.

Art. 15. Compete aos secretários:

I - expedir correspondência;

II - receber e arquivar correspondências;

III - lavrar as atas das reuniões do Conselho;

IV - organizar a pauta das reuniões;

V - elaborar relatórios das atividades do Conselho;

VI - desenvolver as demais atribuições inerentes à sua função.



CÂMARA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS

ESTADO DE MINAS GERAIS

Seção III Da Consultoria Técnica

Art. 16. O Conselho terá um consultor técnico, especialista em educação, com a seguinte competência:

I - realizar estudos necessários ao embasamento pedagógico dos pareceres dos membros do Conselho;

II - assessorar a presidência nos assuntos referentes à educação;

III - participar e emitir opinião nas reuniões do Conselho, sem direito a voto;

IV - atender aos pedidos de informação dos conselheiros.

CAPÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 17. O servidor público municipal convocado para a reunião do Conselho terá sua falta abonada mediante comprovação desta convocação.

Art. 18. As reuniões do Conselho Municipal de Educação serão ordinárias e extraordinárias, de acordo com seu Regimento Interno.

§ 1º. O Conselho Municipal de Educação se reunirá, no mínimo, uma vez por mês.

§ 2º. O conselheiro que faltar a três reuniões consecutivas, sem justificativa, será substituído por seu suplente.

Art. 19. O Conselho Municipal elaborará seu Regimento Interno em trinta dias, a contar da data da posse.

Art. 20. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Indianópolis, 3 de janeiro de 1998.

Eustáquio José da Silva
Presidente da Câmara